



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Rubis – Energia Portugal <ul style="list-style-type: none">➤ Arnaut Harvard➤ Patrícia Tomaz Vieira➤ José Aguiar	<ul style="list-style-type: none">➤ Fernando Virgílio Macedo (PSD)➤ Fátima Ramos (PSD)➤ Paulo Neves (PSD)➤ António Costa Silva (PSD)➤ Hugo Costa (PS)➤ Pedro Coimbra (PS)➤ Ricardo Bexiga (PS)➤ Heitor de Sousa (BE)➤ Pedro Mota Soares (CDS-PP)➤ Hélder Amaral (CDS-PP)➤ Bruno Dias (PCP)	5 de dezembro de 2017 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ Os representantes da Rubis utilizaram uma apresentação em PowerPoint ao longo da sua intervenção, na qual realçaram a sua posição contra os projetos de lei que suscitaram este pedido de audiência, por considerarem que a sua aprovação terá grande impacto na concorrência entre as empresas. Defenderam que se deveria manter o contexto da economia de mercado neste setor, que o mercado tinha de se autorregular, em benefício das empresas e das famílias.➤ Fizeram também referência ao facto de a fatia de mercado da energia ocupada pelo GPL ser de cerca de 3% e que o mercado tem diminuído em Portugal, tendo perdido cerca de 40% nos últimos 10 anos, pelo aumento do mercado do gás natural e também pelo contexto económico no país e	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputada Fátima Ramos (PSD) – após cumprimentar os representantes da Rubis, referiu o facto de o preço do gás de botija ser muito elevado, atendendo ao poder de compra do país, de 2 600 000 famílias que usam gás de botija pagarem do dobro do que se usassem gás natural e de viverem em regiões com menos recursos e mais desfavorecidas. Fez também referência ao relatório da Autoridade da Concorrência (AdC) que refere que as margens de lucro na comercialização deste gás revelam o poder dos operadores, devido à concentração do mercado, em que as pessoas não têm alternativa. Afirmou que o seu grupo parlamentar era a favor da livre concorrência e do mercado quando este não se combina entre si e que, pela análise desse relatório, se podia chegar à conclusão de que o mercado se combinava, porque o preço baixava na origem mas não baixava no consumidor. Quis		

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

no mundo.

- Destacaram ainda o investimento que as empresas fizeram em infraestruturas e consideraram que a alteração de regras iria representar dificuldades adicionais às empresas que pretendem investir neste setor.
- Os representantes da Rubis deram conta dos potenciais efeitos da aplicação de um preço regulado: diminuição das receitas, diminuição dos postos de trabalho, impacto na infraestrutura de distribuição, tendo em conta que o país assenta em redes de infraestruturas de grande volume.
- Consideraram que o mercado é competitivo e com a aprovação destas iniciativas legislativas eliminar-se-ia a concorrência neste mercado, que funciona e é supervisionado, implicaria estagnação de investimentos e teria impacto na receita fiscal, diminuindo-a. Consideraram também que o exemplo espanhol não era um bom exemplo a seguir e deram conta das diferenças entre os dois países neste setor.
- Concluíram afirmando que Portugal estava entre os países onde o GPL era mais barato, sendo o preço elevado apenas em comparação com Espanha, que tem um mercado regulado.

saber por que é que isso acontecia, por que é que o preço era tão similar entre os vários operadores, qual a diferença de preço do gás entre Portugal e outros países com maior poder de compra e mesmo número de postos de distribuição e ainda quem pagaria os valores da diferença do preço na tarifa social proposta.

- Deputado Hugo Costa (PS) – cumprimentou os representantes da Rubis e lembrou que 70% dos consumidores portugueses usavam este produto, nos quais se incluíam os mais desfavorecidos, que habitavam em zonas do país onde não havia alternativas. Referiu também que o preço do gás natural tem vindo a baixar constantemente e o do GPL a aumentar. Lembrou que o único país com que Portugal faz fronteira tem o mercado regulado e preços mais baixos, logo as pessoas atravessam a fronteira para comprar gás sempre que podem, pelo que era necessário encontrar soluções para baixar o preço do GPL. Quanto à tarifa social, expressou dúvidas quanto ao défice tarifário e ao facto de em algumas zonas não compensar aos operadores terem soluções desse género. Referiu ainda a proposta do PS nesse sentido, aprovada no âmbito do processo legislativo do Orçamento do Estado para 2018, que depois teria de ser regulamentada. Concluiu, lembrando que, no caso da eletricidade, que suportava o custo da tarifa social eram as próprias empresas e expressando dúvidas sobre a concertação de preços.
- Deputado Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar os representantes da Rubis, questionou os dados apresentados pela Rubis, tendo em atenção a estatística que tinha saído recentemente, segundo a qual, para 2,6 milhões de portugueses, o custo total do GPL era 310 milhões de euros superior em relação ao custo do gás natural e que só um terço das famílias portuguesas tinha acesso ao gás natural, devido ao custo das infraestruturas. Tendo referido que havia uma espécie de jogo de “cartas marcadas” entre as empresas que comercializavam o gás de garrafa e as famílias, que não tinham alternativas, concluiu referindo relatórios de várias entidades sobre a concertação de preços nesse submercado.

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – cumprimentou os representantes da Rubis e afirmou que, tanto no país como na Europa, quanto mais para norte se for, mais alternativas e preços mais baixos se encontram, e quanto mais para sul se for menos alternativas e preços mais altos se encontram. Tendo abordado a questão do controlo de mercado pelos revendedores de primeira linha, questionou sobre margens de lucro de 27% na revenda por parte dos grandes operadores (diferencial de preços antes de impostos). Referiu também que o preço do gás de garrafa não afeta apenas as regiões mais desfavorecidas e abordou as alegações de custos de transporte e logística muito diferentes entre Portugal e Espanha que considerou não serem compreensíveis.➤ Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) – tendo cumprimentado os representantes da Rubis, referiu que o seu grupo parlamentar já tinha os tinha recebido e se revia nas perguntas já colocadas. Abordou a questão de se ter um preço justo tanto sob o ponto de vista de quem compra mas também de quem vende e defendeu que toda a cadeia de valor devia ser clara, tendo-se expressado contra a intervenção na cadeia de valor ou fixação administrativa de preços.
O que pretendem ver regulamentado	
<ul style="list-style-type: none">➤ Pretendem a criação de uma tarifa social para famílias carenciadas.	
Respostas às questões dos Deputados:	
<ul style="list-style-type: none">➤ Os responsáveis da Rubis abordaram a questão do preço do gás natural e do GPL, tendo afirmado que se tratavam de dois mercados que eram completamente diferentes e estavam indexados a cotações internacionais diferentes. Nos últimos 10 anos, referiram, o GPL perdeu 40% de volume, que foram para o gás natural. Realçaram a diferença de custos entre o gás de botija e o gás natural, para além dos aspetos estruturais.	



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Quanto aos relatórios sobre concertação de preços, afirmaram que em Portugal havia infraestruturas modernas, que eram financiadas pelos operadores do mercado e quando se fazia um investimento pretendia-se aumentar o negócio e obter uma vantagem competitiva e que, se depois se tem de partilhar esse investimento com a competição, perdia-se essa vantagem. Em seu entender, a situação portuguesa não se enquadrava nesta última necessidade de partilha de investimento.
- Referiram que a diferença de preços entre Portugal e Espanha era de cerca de 7 euros. Em seu entender, o preço em Espanha era muito baixo porque o mercado estava regulado de tal maneira que os operadores perdiam dinheiro e o que não se pagava ao comprar a garrafa de gás pagava-se indiretamente através do Orçamento do Estado, pelo que os preços em Espanha eram artificiais.
- Abordaram a questão da diferença do preço do gás de garrafa em diferentes cidades do país, sendo, por exemplo mais barato em Bragança do que no Algarve, e relacionaram esse facto com a formação do preço da garrafa, que depende do preço do operador para o revendedor de primeira linha e depois desta para os pontos de distribuição. Quanto aos custos de produção, defenderam que a diferença do preço do trabalho era um fator mas não era o único, porque os modelos de distribuição também variavam muito de país para país.
- Concluíram, afirmando que era necessário focar-se na parte da população que mais necessita.

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão